

## Editorial

Cristina Montalvão Sarmiento

### A Ciência da Política e o Poder

Para o reforço da ciência da política como disciplina académica, contribuíram, certos fenómenos como a proliferação dos sistemas democráticos, dos partidos políticos e a expansão dos órgãos de comunicação social coletiva. Estes factos levaram ao aumento de estudos sobre estas matérias, o que suscitou também uma maior proliferação da ciência da política e dos seus estudiosos, que através da tradição política filosófica do ocidente, prosseguiram as indagações dos clássicos. Este fenómeno culmina com a criação da *International Political Science Association* (IPSA-AISP), de origem franco-americana, associação do pós-guerra, onde cientistas políticos discutiram as suas posições, o que impulsionou mundialmente a constituição de organizações nacionais de académicos da área.

Deste modo, o desenvolvimento da comunidade epistémica dos cientistas políticos é um fenómeno histórico oriundo da guerra e da política internacional. Portugal fez também o seu caminho, criando a Associação Portuguesa de Ciência Política e obtém a sua maioria absoluta quando projetou acolher o 26º Congresso Mundial de Ciência Política que se deveria ter realizado em Lisboa no corrente ano de 2020,

dedicado ao tema: *New Nationalisms in an Open World*. Mal imaginávamos que o seu adiamento para o ano de 2021, seria provocado pela atual crise de saúde mundial.

A *Revista Portuguesa de Ciência Política* nasceu em 2010 no âmbito desta maioridade da comunidade de estudiosos dos fenómenos do poder. Hoje é do senso comum que a ciência política ou análise política é o estudo da política — dos sistemas políticos, das organizações e dos processos políticos. Os cientistas políticos podem estudar instituições ou outras organizações cujas estruturas e processos de ação se aproximam ou constituam um governo, em complexidade e interconexão.

Não obstante esta concetualização comumente aceite, no início, existiu no interior da ciência política, uma discussão acerca do objeto de estudo desta ciência, que, para alguns, se concentrava no Estado e, para outros, no poder. A primeira posição restringe o objeto de estudo da ciência política; enquanto a segunda, o amplia. A posição da maioria dos cientistas políticos é hoje essa visão mais abrangente, de que o objeto de estudo da ciência política, é o poder.

Assim, atualmente, a ciência da política acolhe várias perspetivas que se entrelaçam de modo a constituir um amplo campo de estudos e de investigação. Deste modo, a ciência política investiga acerca da teoria e da prática da política. Descreve e analisa os sistemas políticos e o comportamento político. Abrange diversos campos, como a teoria e a filosofia política, os sistemas políticos, os partidos políticos, as elites políticas, a ideologia, a teoria dos jogos, a economia política, a geopolítica, a geografia política, a análise de políticas públicas, a política comparada, a análise de relações exteriores, política e direito internacional, estudos de administração pública e governo, o processo legislativo, o direito público (como o direito constitucional) e outros que envolvam a atividade das comunidades políticas e naturalmente, as relações internacionais ainda que a mesma venha, como outros subcampos, a ganhar autonomia disciplinar.

Porém, importa também considerar que existem várias formas de abordagem ao objeto de estudo desta ciência que se podem sintetizar maioritariamente em três. Por um lado, pode ser do ponto de vista da política descritiva, ou empírica: nesta linha os investigadores optam por análises empíricas da realidade política. Nesta opção de análise política é de fundamental importância a recolha de dados fiéis à realidade, distinguindo-se, assim, das teorias normativas. Por outro lado, pode colocar o foco na política comparada, fundamental na ciência política, esta abordagem da investigação procura, através de comparações entre diversas realidades sócio históricas, elementos mais gerais da realidade política das sociedades. Também aqui é necessária a mediação do dado empírico com a teoria, mas desta vez, através da comparação, tenta-se chegar a elementos generalizáveis da realidade política e questionar hipóteses ou teorias concebidas a respeito de uma única realidade delimitada. E, finalmente do ponto de vista da teoria política, abordagem em que os investigadores podem partir dos dados empíricos, mas articulam-nos com a teoria política propriamente dita para compreender e explicar a realidade considerando insuficiente a mera descrição da realidade tal como ela se apresenta. Assente, que a ciência da política reflete

sempre o estudo sobre o poder, este número foi organizado em torno das diferentes perspectivas que o seu estudo pode implicar.

A primeira parte a que se deu o título de NOVOS PODERES inclui um conjunto de três artigos que nos chegaram em língua inglesa. Seja, um primeiro, que se debruça sobre a administração Trump, seja a análise sobre as relações entre a China e o Paquistão no âmbito da *Belt and Road Initiative* ou finalmente, um terceiro que se debruça sobre a situação em Moçambique. Todos representam poderes transfigurados, novos poderes que se afirmam com outros discursos que criam ordens diferenciadas que alteram o mundo político e carecem de análise e problematização.

Na segunda parte, agrupados sob o título de ANÁLISES SOBRE O PODER um primeiro artigo é para nós particularmente importante porquanto interroga as ligações entre a ciência da política e as variações que a democracia tem sofrido que nos tem levado a múltiplas análises de uma “crise” da democracia. Um segundo artigo explora, talvez consequentemente a questão dos equilíbrios institucionais, ensaiando sobre os modelos de decisão que se vão manifestando.

Outros MODELOS DE PODER constituem a terceira parte da revista. Outras formas de poder não menos importantes impactam a vida do coletivo. Um artigo que nos chega do Peru discute a capacidade da gestão administrativa dos municípios num interessante estudo comparado. E, ainda que de forma histórica e um pouco lateral, uma análise do genocídio do Ruanda a partir das teorias sobre segurança da Escola de Copenhague, introduzem a ligação entre ciência e poder, que são o alvo primordial da ciência da política.

Neste número existiu ainda espaço para as recensões que os nossos jovens estagiários prepararam é assim, que o Diogo Nascimento, o Diogo Moreira e a Ana Rita Dias, nos trazem os recentes livros, respetivamente: *The Right Side of the History* de Shapiro, *A Era dos Muros* de T. Marshall e a *A Estranha Morte da Europa* de D. Murray, todos com a marca da atualidade.

Como sempre afirmamos a RPCP fica devedora de um conjunto de contributos de apoio e neste número é o contributo da Doutoranda Patrícia Tomás que devemos destacar. Finalmente, a nossa capa que, como sempre, se projeta na *street art*, onde lemos culturalmente parte da leitura política sobre o mundo, é dedicada a um mural com o sugestivo título de “Intensive Care”, cuidado intensivo que o mundo precisa. Assumíamos então, que esta imagem representava uma relação com as preocupações ambientais e de gestão mundial de recursos, mas mal imaginávamos que o *intensive care*, se viria a demonstrar muito mais complexo face à recente crise de saúde pública pela propagação endémica do novo corona vírus, designado SARS-CoV-2, que a organização mundial de saúde vem a identificar como COVID-19, declarando a situação de pandemia dado a sua progressão mundial. Motivo pelo qual, o próximo número da revista será dedicado ao tema. Fazemos votos de uma boa e útil leitura.

## The Science of Politics and Power

To reinforce the science of politics as an academic discipline, certain phenomena such as the proliferation of democratic systems, political parties and the expansion of collective media, have contributed. These facts led to an increase in studies on these subjects, which also led to a greater proliferation of the science of politics and its scholars, who, through the Western philosophical political tradition, continued to question the classics. This phenomenon culminates with the foundation of the International Political Science Association (IPSA-AISP), of Franco-American origin, post-war association, where political scientists discussed their positions, which boosted the creation of national academic organizations in the area worldwide.

In this way, the development of the epistemic community of political scientists is a historical phenomenon arising from war and international politics. Portugal also made its way, creating the Portuguese Political Science Association and acquires its absolute majority when it planned to host the 26th World Congress of Political Science that should have been held in Lisbon this year, 2020, dedicated to the theme: *New Nationalisms in an Open World*. We barely imagined that its postponement to the year 2021 would be caused by the current global health crisis.

The Portuguese Journal of Political Science was born in 2010 within the scope of this majority of the community of scholars of the phenomena of power. It is now common sense that political science or political analysis is the study of politics - of political systems, organizations and political processes. Political scientists can study institutions or other organizations whose structures and processes of action approach or constitute a government, in complexity and interconnection.

Despite this commonly accepted concept, at the beginning, there was a discussion within the political science about its object of study, which, for some, was concentrated on the State and, for others, on power. The first position restricts the object of study of political science; while the second enlarges it. The position of most political scientists today is this broader view, that the object of study of political science, is power.

Thus, currently, the science of politics welcomes several perspectives that intertwine in order to constitute a wide field of studies and research. In this way, political science research about the theory and practice of politics. Describes and analyses political systems and political behaviour. It covers several fields, such as political theory and philosophy, political systems, political parties, political elites, ideology, game theory, political economy, geopolitics, political geography, public policy analysis, comparative politics, the analysis of foreign relations, politics and international law, studies of public administration and government, the legislative process, public law (such as constitutional law) and others that involve the activity of political communities and, of course, international relations still that it will, like other subfields, gain disciplinary autonomy.

However, it is also important to consider that there are several ways of approaching the object of study of this science that can be synthesized mainly in three. On the one hand, it can be from the point of view of descriptive politics, or empirical: in this line, researchers choose for empirical analysis of political reality. In this option of political analysis, the collection of data that is true to reality is of central importance, thus distinguishing itself from normative theories. On the other hand, it can set the focus on comparative politics, fundamental in political science, this approach to research seeks, through comparisons between different socio-historical realities, more general elements of the political reality of societies. Also, it is necessary to mediate the empirical data with the theory, but this time, through comparison, we try to arrive at generalizable elements of political reality and to question hypotheses or theories conceived about a single delimited reality. Finally, from the point of view of political theory, an approach in which researchers can start from empirical data, but articulate them with political theory itself to understand and explain reality, considering the simple description of reality as presented as insufficient. Therefore, having in mind that the science of politics always reflects the study of power, this issue was organized around the different perspectives that its study may imply.

The first part entitled *NEW POWERS* includes a set of three articles that came to us in English. Either a first, which looks at the Trump administration, or the analysis of relations between China and Pakistan under the *Belt and Road Initiative* or finally, a third which looks at the situation in Mozambique. All represent transfigured powers, new powers that assert themselves with other discourses that create differentiated orders that change the political world and lack analysis and problematization.

In the second part, gathered under the title of *ANALYSES ON POWER*, a first article is particularly important to us because it questions the links between the science of politics and the variations that democracy has suffered that has led us to multiple analyses of a “crisis” of democracy. A second article explores, perhaps consequently, the question of institutional balance, rehearsing on the decision models that are manifested.

Other *POWER MODELS* constitute the third part of the journal. Other forms of power, no less important, impact the life of the collective. An article that comes to us from Peru discusses the administrative management capacity of counties in an interesting comparative study. And, albeit historically and a little sideways, an analysis of the Rwanda genocide from the Copenhagen School theories on security, introduces the link between science and power, which are the prime target of the science of politics.

In this issue, there was still space for the reviews that our young interns prepared, that's how Diogo Nascimento, Diogo Moreira and Ana Rita Dias, bring us the recent books, respectively: *The Right Side of the History* by Shapiro, *A Era dos Muros* by T. Marshall and *A Estranha Morte da Europa* by D. Murray, all with the mark of today.

As we have always recognized, PJPS owes a set of support contributions and in this issue it is the contribution of the PhD student, Patrícia Tomás, that we must highlight. Finally, our cover, which, as always, is projected in street art, where we read culturally part of the political reading about the world, is dedicated to a mural with the suggestive title of “Intensive Care”, intensive care that the world needs. We assumed, then, that this image represented a relationship with environmental concerns and global resource management, but we barely imagined that intensive care would prove to be much more complex in face of the recent public health crisis due to the endemic spread of the new corona virus, called SARS-CoV-2, which the world health organization has come to identify as COVID-19, declaring the pandemic situation given its worldwide progression. Reason why, the next issue of the journal will be dedicated to the theme. We wish you a good and useful reading.